



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE TRABALHO**

## **SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTRAB AO PROJETO DE LEI Nº 6.689, DE 2013**

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, para fixar o salário mínimo profissional do advogado empregado na iniciativa privada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 19 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 19. Salvo se determinado valor superior por sentença normativa ou ajustado em convenção ou acordo coletivo de trabalho, o piso salarial do advogado empregado será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para uma jornada semanal de vinte horas, acrescido de 30%, em caso de dedicação exclusiva.

Parágrafo único. “O valor estabelecido no caput deste artigo será reajustado anualmente pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro que venha a substituí-lo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2024.

Deputado **LUCAS RAMOS**  
Presidente

